

**O MICRÓBIO. SEMANÁRIO DE CARICATURAS** – Fez-se anunciar em Lisboa, a 7 de Julho de 1894, com uma «Symphonia de Abertura» que lhe revela a alma galhofeira, popular e determinada a excitar os adversários e a alavancar a opinião:

«Eis *O Microbio* e, á fé,  
Salva-se quem elle ataca!  
Pois se de Kock não é...  
Reduzirá tudo a... Kaka...  
Seu programa é d'espavento  
Pois crer podem, com efeito,  
P'r'o tornar bem virulento  
Nós démos-lhe...cuspo e geito!  
A'vante!  
P'ra frente!  
E a quem nos for avesso,  
Perguntemos  
Interroguemos:  
Há *Microbio* ou não ha?!...  
Olá!  
Elle cá está...  
Está... e não é de gesso!...»

A recusa da maleabilidade da massa branca é provavelmente uma alusão ao caldo político de onde emergira, em 1893, o governo de Hintze Ribeiro e João Franco. De facto, este executivo, ao invés de se apoiar num partido (como era tradição do rotativismo), estava alicerçado em facções parlamentares diversas que o punham de bem com muitos, mas mal com todos. Impunha-se, portanto, um jogo político constante, onde cada interveniente apostava os seus melhores trunfos: a influência sobre o rei (para obter a dissolução do parlamento ou a nomeação das famosas fornadas de pares do reino), a mobilização das forças mais radicais para acções de desestabilização, como greves, tumultos e até ataques bombistas. Um frenesim de gabinete e de rua, a que a «ditadura» instalada em 1895, após a segunda dissolução do parlamento, trouxe ainda mais calor. Matéria para inspirar penas, lápis e pincéis não faltou, portanto.

Integravam a equipa d'O *Microbio*: **Celso Hermínio**<sup>1</sup> e **Augusto Pina**<sup>2</sup>, os «redactores artísticos», e **Tito Martins**<sup>3</sup>, «o «redactor literário». Nas capas, não é apresentado nenhum director, mas a publicação assume a existência de um «administrador», na pessoa de Francisco Machado, que a partir de Abril de 1895 será substituído por Annibal de Moltalvão; e de um «editor», cargo que é assumido por alguém vinculado à tipografia que assegurava a impressão da folha: até Agosto de 1894, esta realizou-se na *Typographia Lisbonense*, primeiro sob a responsabilidade de José Pinto de Campos que, a partir do sexto número, foi substituído por José Maria de Carvalho; este, na sequência de um conflito a que nos referiremos mais adiante, transitou para a *Typographia do Commercio*, onde *O Microbio* foi impresso (provavelmente) até Março de 1895; João Carlos Coutinho, da *Lithographia Lusitana*, foi o editor dos últimos três números<sup>4</sup>.

Em face desta aparente relevância do cargo do editor, abre-se um parêntesis para sublinhar que, durante a segunda metade do século XIX, a sua responsabilidade criminal e civil foi assunto intensamente debatido. No entanto, nunca alcançou uma solução que recolhesse unanimidade. Ainda assim, no texto legal foi prevalecendo a opinião dos que defendiam a responsabilização absoluta do editor nos delitos de liberdade de imprensa, ao ponto de lhe ser atribuído o epíteto de “para-raios da imprensa periódica”. A lei impunha a obrigatoriedade da figura do editor, com identidade conhecida, e exigia uma declaração que fizesse prova de estar na posse

---

<sup>1</sup> Celso Hermínio de Freitas Branco (Lisboa, 1871-1904). Reconheceram-lhe o génio artístico muito jovem (cerca de 16 anos), quando se instalou na ilha de S. Miguel com o pai, que fora colocado em Caçadores 11. Reza a história, que publicou então, cerca de 1887, uma pequena folha intitulada *O Micróbio*, que fazia as delícias da oficialidade. Na pegada do pai, abraçou também a carreira militar, mas acabará por abandoná-la após a revolta de 31 de Janeiro de 1891, na qual esteve, aliás, envolvido enquanto membro do Regimento de Caçadores 9. Apostou então na sua vocação para o desenho humorístico, fazendo-se caricaturista de nomeada. A sua obra está presente em diversos jornais, com os quais colaborou ou que fundou, nomeadamente: *António Maria*, *Berro*, *Micróbio*, *Universal* (suplemento), *Século*, *Pátria*, *Popular*, *Marselhesa*, *Branco e Negro*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Geração Nova* (Porto), *Arte* (Coimbra), *Brasil Portugal*, *Paródia*, *Carantonha*, entre outros. Também ilustrou livros e expôs os seus trabalhos por diversas vezes.

<sup>2</sup> Augusto Pina (Alcobaça, 1872 – Monte Estoril, 1938). Formou-se na Escola de Belas Artes, em Lisboa, e completou estudos na Academia Julien, em Paris. Regressado ao país, logo encontrou trabalho como decorador, cenógrafo e ilustrador de jornais e revistas. Mas o teatro será sempre o seu ambiente de eleição. Foi professor de Cenografia e Decoração Teatral do Conservatório e director artístico do Teatro Nacional de D. Maria II. Também ocupou a direcção do Casino Estoril, onde ganharam fama as suas festas exuberantes. N' *O Microbio* assina como «Augustus».

<sup>3</sup> José Augusto Tito Gonçalves Martins (Lisboa, 1868-1946). Iniciou a sua carreira de jornalista no jornal *Interesse Publico*. Tinha então 18 anos e nunca mais parou. Passou pelo *Imparcial*, de Tomás Ribeiro; o *Correio Nacional*, do Padre Matos; o *Diário Popular*, de Mariano de Carvalho; a *Semana de Lisboa*, de Alberto Braga (supl. do *Jornal do Commercio*); *O Século*, de Silva Graça; *A Capital*, de Manuel Guimarães; e também pela *Luta*, *República*, *Rebate*, *Notícias da Tarde*, *O Povo*, etc. Assinava muitas vezes como “João Verdades”, n' *O Micróbio* adoptou o pseudónimo “Titan”. Dedicar-se-á também ao teatro, estreando-se como autor, em Novembro de 1889, com a revista *Farroncas do Zé*. Também publicou algumas dezenas de livros com crónicas, contos, novelas e romances.

<sup>4</sup> Não é possível garantir, com rigor, as datas em que estas mudanças do local de impressão se verificaram, visto que a informação não está sempre presente no verso da capa: a última referência à *Typographia do Commercio* consta no n.º 27, de 17/01/1895; e a primeira alusão à *Typographia Lusitana* aparece no n.º 38, de 25/04/1895. Uma vez que se verifica um atraso na edição do n.º 37, de 04/04/1895, coloca-se como hipótese que essa anomalia se tenha ficado a dever à transição.

plena dos seus direitos cívicos e políticos, da sua capacidade superveniente, entre outros formalismos, que emprestavam à função e a quem a exercia uma relevância que (já) não tinha correspondência com a vida real. Situação que se encontra, aliás, bem retratada n' *O Microbio*. A este propósito, refira-se que, não obstante a legislação vigente à data da sua publicação – decretos de 29 de Março de 1890 – introduzir algumas alterações neste quadro, que se consubstanciaram na “distribuição” da responsabilidade criminal e civil por vários intervenientes e, inclusivamente, se assumir, no relatório que os antecede, que «seria em tese preferível transferir a responsabilidade penal que deriva da publicidade, do editor para o director da redacção» – inovação tida por inoportuna, pelo governo –, o cargo de editor mantém ainda assim uma importância inflacionada, se exceptuarmos os casos em que é exercido pelo proprietário, o director ou o chefe de redacção.

Considerando o interesse destas questões para a compreensão da imprensa da época, e o facto de nas páginas d' *O Microbio* estar presente informação que lhes traz algum esclarecimento, sob a forma de testemunho curioso e até inusitado, ainda antes de aludir aos conteúdos propriamente ditos, chama-se a atenção para um texto publicado no n.º 9 (08/09/1894), sob o título «Explicações».

Através dele procura-se, fundamentalmente, explicar o que impediu o semanário de ser publicado na semana anterior. Mas oferece muita outra informação preciosa, nomeadamente: a de que *O Microbio* era propriedade de uma sociedade informal – estabelecida «por meio de um contrato de palavras» – constituída por Celso Hermínio, Augusto Pina, Tito Martins e um tal de Augusto Iria Rosa, que era «paginador do *Diário Popular*»; que Tito Martins era «redactor demissionario» daquele diário; e que a *Typographia Lisbonense*, onde *O Microbio* era impresso, e o *Diário Popular* partilhavam o mesmo «quadro typographico».

O atraso verificado com a publicação d' *O Microbio* é, assim, apresentado como resultado das «complicações» vividas no *Diário Popular*, e adiantam-se mais alguns detalhes, como seja: a denúncia de que Augusto Iria Rosa deixou o trabalho de composição a meio; que este fora terminado por outro compositor, contratado na mesma *Typographia Lisbonense*; e que, no final, por influência do «antigo Director do *Diário Popular*», aquelas oficinas se recusaram a imprimir *O Microbio*. O serviço foi então realizado pela *Typographia do Commercio*, ainda que se mantenha como editor José Maria Baptista de Carvalho.

Para sossego dos leitores, esclarece-se ainda «que por escriptura particular acaba a propriedade de *O Microbio* de ser definitivamente tomada pelos antigos socios Celso Hermínio, Augusto Pina e Tito Martins», e que passará a estar sediado na «rua dos Correiros (travessa da Palha) n.º 110, 2.º».<sup>5</sup>

Seria deslocado esmiuçar aqui as «complicações» vividas no *Diário Popular*, que, *grosso modo*, configuraram uma luta, travada entre **Mariano de Carvalho**<sup>6</sup> e **Mariano**

---

<sup>5</sup> Note-se que o anterior endereço da administração coincidia com o da *Typographia Lisbonense*: L. de São Roque, 8.

<sup>6</sup> Mariano Cirilo de Carvalho (Alenquer, 1836 – Lisboa, 1905). Começou por se formar em farmácia, pela Escola Politécnica de Lisboa, e exercer essa profissão. Mas voltará ao mesmo estabelecimento para tirar o curso de Matemática. Mais tarde, alcançou a cátedra dessa disciplina e assumiu a regência da disciplina de Astronomia e Geodesia. Iniciou a sua actividade como político nas fileiras do Partido Reformista, mas foi no Partido Progressista, que ajudou a fundar e chefiou alguns anos, que ganhou

**Pina**<sup>7</sup>, pelo controlo do jornal. O diferendo foi ao ponto de se apresentarem nas bancas «dois *Diários Populares*, no mesmo dia»<sup>8</sup>, e só encontrou solução na barra dos tribunais: Mariano de Carvalho venceu.

De qualquer forma, fica a informação de que Mariano Pina publicou, logo em 1894, ainda sob efeito da paixão que sempre tempera estes episódios, um pequeno livro com a sua versão dos acontecimentos: *O caso do Diário Popular*. Também n' *O Microbio* se encontram outras alusões ao caso, quer por parte dos «redactores artísticos», quer por conta do «redactor literário». É notório que todos manejam as suas ferramentas com cuidado, suavizando os traços e aligeirando as descrições, mas Mariano de Carvalho não fica bem no retrato, nem a Justiça, nem... quase ninguém, em momento algum, pois *O Microbio* não é palco para louvores.

Atente-se primeiro na forma, na distribuição das matérias, nas secções, etc. Saltam imediatamente à vista as semelhanças com outro semanário humorístico contemporâneo: *O António Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro, que, à data do aparecimento d' *O Microbio*, imprimia já a sua 2.<sup>a</sup> série, iniciada em Março de 1891<sup>9</sup>. Praticam o mesmo número de páginas, 8, numeradas de forma contínua, ostentando em cabeçalho o nome da publicação; as páginas mais nobres (primeira, centrais e última) são, em regra, reservadas para as caricaturas e composições gráficas humorísticas; pelas restantes, organizadas em duas colunas, separadas por filete, distribuem-se os textos, que alimentam secções estáveis, ou ostentam título. Outro elemento comum às duas publicações é a capilha com publicidade, que no caso d' *O Microbio* é em papel de cor.

Embora os dois semanários cheguem às bancas com um intervalo de dois dias – *O António Maria* à 5.<sup>a</sup> feira, *O Microbio* ao sábado<sup>10</sup> –, as semelhanças são tantas, mesmo no que toca às matérias abordadas, ao próprio traço dos dois mestres (Rafael Bordalo Pinheiro e Celso Hermínio) e ao posicionamento político, que não poderiam deixar de estar em concorrência. Uma constatação, no mínimo, intrigante atendendo à reduzida expressão do universo de leitores, comprimido não só por obra da iliteracia, como pela pobreza. A esse propósito, refira-se que *O Microbio* praticava uma tabela de preços mais acessível: vendia-se avulso por 20 réis, enquanto *O António Maria* se fazia pagar

---

notoriedade. Em 1870, foi eleito deputado e manteve-se nessa função por várias legislaturas consecutivas. Foi ministro da Fazenda (1886-1889 e 1891-1892) e interino do Reino (1891), além de exercer outros cargos da alta magistratura, como comissário régio em Moçambique (1890), comissário do Governo junto do Banco Ultra-Marino (1901), administrador da Companhia dos Caminho-de-ferro Portugueses, entre outros. Muitos dos seus conterrâneos, apontam-lhe uma ambição política desmesurada e pouco vertical. Em regra, quando estava na oposição, Mariano de Carvalho dedicava-se à actividade jornalística, causando grandes dores de cabeça aos seus adversários políticos no poder. Começou por colaborar com a *Gazeta de Portugal*, no ano de 1864, mas logo tratou de definir um espaço de intervenção próprio: fundou o *Notícias*, o *Correio Português*, as *Novidades* e o *Diário Popular*.

<sup>7</sup> Mariano Pina (Alcobaça, 1860 – São João do Estoril, 1899). Irmão de Augusto Pina. Fez-se jornalista, estreando-se no *Diário do Commercio*, em 1878. Daí passou para o *Diário da Manhã*, de Pinheiro Chagas; *Diário Popular*, a convite de Mariano de Carvalho; o *Nacional*, do qual foi director; e o *Correio Nacional*, de Barros Gomes. Em 1884, fundou a revista *Ilustração Portuguesa*, que se publicou até 1891. Deixou também alguma obra publicada em livro e fez tradução.

<sup>8</sup> *O Microbio* n.º 9, de 8/Set/1894, p. 67.

<sup>9</sup> Também já está disponível na Hemeroteca Digital.

<sup>10</sup> Note-se que, a partir de Janeiro de 1895, passará a sair à 5.<sup>a</sup> feira.

por 60 reis!<sup>11</sup> Talvez aí residisse o critério de destrição dos públicos de cada um... O certo é que coexistiram, ainda que ambos acusem dificuldades, que se vão revelando nos apelos frequentes aos assinantes, nalguma irregularidade na publicação e no desenvolvimento de estratégias de aliciamento dos leitores (números temáticos, colecionáveis, reforço da caricatura, etc.). Mas *O António Maria* sobreviverá, por mais três anos, ao desaparecimento d' *O Microbio*, que se verificou, abruptamente, em Maio de 1895.

Em jeito de exaltação fúnebre, realçam-se as secções onde Tito Martins vertia a sua verve humorística que, muitas vezes, rasava a ironia ácida, temperada na revolta e na indignação. Assim, e à parte o texto de abertura, espécie de editorial que ocupava a segunda página, temos: «**A Nossa Coscuvilhice**», espaço alimentado por fontes próximas do poder político, sempre fidedignas, bem informadas, das melhores famílias, etc.; os «**Perfis Enygmaticos**», uma charada apresentada em forma de quadras que insinuam a identidade de um político, um jornalista e um artista; a «**Chronica alegre**» que, a partir de Outubro de 1894, substitui o texto de abertura ou editorial. Refira-se também a presença da secção «**Literatura Amphibia**», onde se publicam contos. Na maioria das vezes não são assinados, pelo que se atribuem também a Tito Martins. A partir de Fevereiro de 1895, **Raul Brandão** fez-se colaborador d' *O Microbio* publicando: «A Cidade» e «O Palhaço».

À parte o esmiuçar constante e impiedoso da actividade politica desenvolvida quer pelo governo, quer pelas oposições, *O Microbio* distribui a sua atenção pela imprensa, pelo teatro e alguma actividade literária. Catalogar politicamente d' *O Microbio* não é fácil, já que o jornal não poupa ninguém do espectro partidário e, nos momentos de maior inspiração virulenta, nem os actores colectivos são poupados. Advinha-se-lhe uma simpatia pela **República**, mas não esconde a desconfiança que lhe suscitam os homens. Tome-se este exemplo, despoletado pela nomeação de Campos Henrique, para a pasta das obras públicas: «Em conformidade com o nosso programma de coscuvilheiros, não podíamos esquivar-nos a indagar, uma vez que os jornaes annunciaram a nomeação para o ministério das obras publicas de dois jornalistas republicanos, os motivos que determinaram taes nomeações. Assim, averiguámos que a mercê foi offerecida em troca da *réclame* um tanto realista, talvez, mas em todo o caso *réclame*, dos referidos jornalistas ao sr. ministro das obras publicas, por ocasião da sua ascensão ao poder. Como a mulher de Cezar, o sr. ministro é de opinião de que «não basta sel-o, é necessário parcel-o...» - ora os esforços empregues pelos dois agraciados conseguiram inteiramente esse fim e os *fins* dos referidos agraciados, também – pelo que se vê...» [sic].<sup>12</sup>

Rita Correia  
(22/06/2010)

<sup>11</sup> No editorial do n.º 13, de 6/10/1884, sob o título «Expediente» é anunciado o reforço dos desenhos, sublinhando-se a manutenção do preço de venda. Nesse contexto, parece existir uma alusão mitigada a *O António Maria*: «Do n.º 14 em deante O MICROBIO passará a apresentar desenhos em todas as suas oito paginas, a exemplo do que só até hoje teem realisado, no paiz, jornaes do género, pelo menos três vezes mais caros.»

<sup>12</sup> *O Microbio*, n.º 5, de 4/08/1894, p. 35.

**Bibliografia:**

*Grande enciclopédia portuguesa brasileira.* Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

PINA, Mariano – *O caso do Diário Popular.* Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1894.

SOUSA, Osvaldo Macedo de – *História da Arte da Caricatura em Portugal.* S.l.: Humorgrafe/S.E.C.S, 1998.